

TRINDADE E O ABRAÇO INGRATO DA METRÓPOLE: UMA ANÁLISE SÓCIO-TERRITORIAL DE TRINDADE II

Wildes Jesus Rodrigues

Mestrando em Geografia pela UFG
profwildes@hotmail.com

Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira

Profa. Dra. do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFG
Celene.barreira@uol.com.br

Eguimar Felício Chaveiro

Prof. Dr. do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFG
eguimar@hotmail.com

RESUMO

Esse trabalho, intitulado 'Trindade o abraço ingrato da metrópole: uma análise sócio-territorial de Trindade II' consiste na análise das transformações sócio-territoriais ocorridas, de modo geral, na cidade de Trindade e mais especificamente em uma área denominada Trindade II. Essas transformações se acirraram a partir da década de 1980, fruto de políticas urbanas adotadas pelo município de Goiânia e pelo processo de metropolização, em andamento. Os revérberos das políticas goianiense, unida aos processos transformantes da atual etapa do modo de produção capitalista, fragmentaram o território de Trindade, criando novas territorialidades e exigindo posturas diferentes para se administrar esse município. Buscamos interpretar os problemas sócio-territoriais em Trindade - GO, gerados pela fragmentação territorial aí decorrida. As conseqüências para Trindade, de ter um território dividido, são de base institucional e social. A primeira marcada pela dificuldade da prefeitura de Trindade em estabelecer a gestão num território tão vasto e distante dos seus alicerces. Quanto a segunda, paira por sobre o município os ciúmes e as disputas entres as duas malhas urbanas para angariar mais benefícios. Neste último ponto, a cidade não vista como um todo pelos moradores, mas em seu fragmento. Em outras palavras: o que é bom para uma das partes não é tido como bom para a cidade, mas para a porção beneficiada.

Palavras chaves: Fragmentação territorial, metrópole, contradições sócio-espaciais.

TRINDADE AND THE UNGRATEFUL EMBRACE OF THE METROPOLIS: A SOCIO-TERRITORIAL ANALYSIS OF TRINDADE II

ABSTRACT

This paper, consists in the analysis of the socio-territorial transformations which have occurred, at large, in Trindade city and particularly in an area named Trindade II. These transformations were strengthened from the decade of 1980 on, as the results of urban policies adopted by the municipal district of Goiânia and by the process of metropolization in progress. The policies' reverberations of Goiânia, wedded to the transformative processes of the current stage of the capitalistic way of production, broke to pieces the territory of Trindade, and built up new territorialities and consecutively demanded unlike postures to administer this municipal district. We aim to interpret the socio-territorial problems in Trindade - GO, raised by the territorial fragmentation that has taken place there. By having a divided territory, Trindade deals with the base and institutional consequences. The first one is characterized by the hardness that the city hall of Trindade finds in establishing management on a vast and far-off territory from its foundations. In relation to the second problem, the jealousies and the disputes between the two urban areas hover over the municipal

Recebido em 23/11/2007

Aprovado para publicação em 21/07/2008

district in order to allure more benefits. In this last topic, the city is not seen as a whole by the inhabitants, but in its fragment.

Key words: territorial fragmentation, metropolis, socio-spatial contradictions.

INTRODUÇÃO

Nesse estudo, elegemos a abordagem do território entendendo, respeitando e, quando necessário, *flexibilizando* seu conceito. Esta decisão partiu do entendimento de que o trabalho seria realizado em um espaço delimitado e que foi construído através de relações de poder que não se restringiram a um só município, mas a dois: Trindade e Goiânia.

Para essa abordagem, nos ancoramos nos estudos realizados por Haesbaert (2004). De acordo com suas pesquisas

“pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos dele [...] Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje” (p. 73).

Especificamente em Trindade, as conseqüências da proximidade com a capital do Estado de Goiás se tornam chamativas a partir dos anos de 1980, quando o município recebe um grande fluxo de migrantes e fragmenta sua malha urbana em duas porções distintas e, de certa maneira, distantes em seu espaço físico.

Nesse contexto foi criada Trindade II, uma malha urbana distante da sede do município e localizada na periferia de duas cidades – Trindade e Goiânia. Realidade esta que trouxe consigo, problemas de diversas ordens sócio-territoriais.

As duas “Trindades”, as quais nos referimos, não foram feitas do mesmo “material” histórico e, por isso, durante seu processo de fusão, tem provocado impactos sócios – econômicos e culturais que geram desconforto tanto ao poder político dos municípios do entorno, quanto aos próprios habitantes desse território, o que merece nossa atenção mais pormenorizada e que podem se iniciar a partir da leitura dessa presente pesquisa.

As influências da construção da nova capital de Goiás em Trindade: uma nova fase na compreensão do município Trindadense

A partir do momento que foi escolhido o local para construção da nova capital, todos os municípios próximos a este (campinas) – na verdade poderíamos dizer todo o estado de Goiás - mudaram sua dinâmica territorial, e com Trindade não poderia ser diferente. Segundo as investigações de Pereira (2002, p. 48):

Em Goiás, o progresso, ou seja, o lento e gradual desenvolvimento do Estado se daria através da superação do atraso, que [...] seria possível pela incrementação de novos meios de comunicação, possibilitando a integração do Estado aos centros desenvolvidos do país, pelo desenvolvimento das potencialidades do Estado e, ainda, pela superação da mentalidade retrógrada que barrava o caminho do Estado em direção a seu destino. [...] Esse foi um momento particularmente rico para a imprensa goiana: os debates foram travados, principalmente, nos jornais, que proliferaram tanto na capital quanto no interior do Estado.

A escolha do local não se deu de forma aleatória. Para se chegar à decisão final, foram feitos levantamentos que consideraram uma série de fatores, dentre os quais a disponibilidade de recursos naturais, a localização e os aspectos político-econômicos do município a ser acoplado

por ela. Somente depois de concluído estes levantamentos a escolha foi feita, tendo como consenso o município que melhor potencial oferecia ao desenvolvimento do estado de Goiás, nesse caso, Campinas. No dia 24 de outubro de 1933 foi assentada a pedra fundamental para concretização de Goiânia.

As modificações para implantação da nova capital não afetaram apenas a paisagem campinense nem tão pouco somente o seu território. Elas extrapolaram fronteiras então já consolidadas e “abraçaram” territórios vizinhos desconstruindo-os e os obrigando a uma reformulação ou, nas palavras de Haesbaert (2004), a uma reterritorialização.

Não escapou às referidas transformações, primeiramente, os municípios de Campinas e Hidrolândia, cujos territórios foram suprimidos pela nova capital através do decreto nº. 327, de 2 de agosto de 1935. Este mesmo decreto desanexou o distrito de São Sebastião do Ribeirão do Município de Trindade e o incorporou a Goiânia.

Três anos após as referidas transformações, o decreto lei estadual nº. 1233, de 31 de outubro de 1938, extinguiu o município de Trindade incorporando todo seu território a Goiânia. Através deste decreto Trindade viu-se subtraída de sua autonomia política, com o Poder Judiciário subordinado a Comarca de Goiânia para servir aos interesses maiores do Estado que, naquele momento, era a construção de uma nova capital administrativa.

Porém esta realidade não durou muito tempo – mas o suficiente para instigar as animosidades políticas de então – e através do decreto lei estadual nº. 8305 de 31 de dezembro de 1943 o município de Trindade foi restaurado recuperando sua autonomia política. No entanto, sua configuração territorial não volta a ser a mesma em sua plenitude, uma vez que o município perde parte de suas terras para o futuro município de Goianira e tendo, ainda, outra parte extraviada por Goiânia.

Após construções e reconstruções territoriais, ocorridas ao longo de sua história, que por sinal não se finda em nos surpreender, mais permite fixar o atual ano (2007) como um recorte em nossa escala de observação, Trindade tem suas fronteiras demarcadas e, até o presente momento, estáveis. Isso não significa dizer que possui território homogêneo ou livre de conflitos de interesses, ou mesmo que sua territorialidade está resolvida desmerecendo maiores atenções, não só por parte dos habitantes como também, e principalmente, dos organismos político-administrativos.

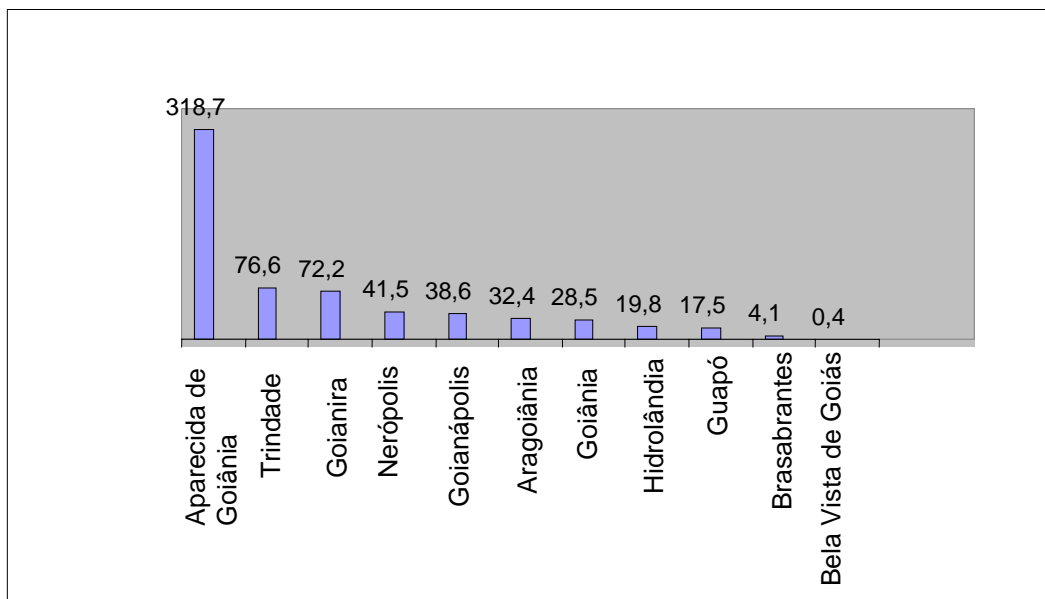
No período compreendido entre 1980 e 1991 o município de Trindade sofreu um elevado crescimento populacional – em comparação com os períodos anteriores – e com isso iniciou o que podemos chamar de seus “infortúnios territoriais”. Cabe lembrar que este crescimento não se compara ao obtido pelo município de Aparecida de Goiânia o qual, novamente, apresentou salto gigantesco, tendo sua população mais que quadruplicada, porém se situa em uma margem mais elevada se comparada a outros municípios como Goianira, Nerópolis, Aragoiânia e demais municípios componentes da região metropolitana³ de Goiânia, como pode ser observado no gráfico 1.

O “salto” dado por Trindade neste decênio filia-se, como nos levantamentos anteriores, à migração. No entanto, devemos pensar os motivos da escolha do local, estabelecidas pelos migrantes e, assim, compreender a dinâmica desenvolvida no município nesse período. Como bem sabemos as migrações podem se dar de maneira espontânea (famílias que se iludem com discursos midiáticos e se deslocam à procura dos ideais “forjados”, ou outros que abandonam seu município de origem à procura de melhores condições de trabalho), ou forçada (em casos de exclusão do trabalhador rural em diversos âmbitos ou mesmo de deportações

³ Não utilizamos o exemplo do Município de Senador Canedo por ele, nesse período, estar incorporado a Goiânia, vindo a ser emancipado no ano de 1988 e tendo sua população apontada pelo Sepin (Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação do Estado de Goiás), em 21.905 habitantes, apenas no ano de 1991.

internacionais)⁴. No caso de Goiás, como de modo geral em vários estados do Brasil, o êxodo rural é apontado como um dos principais motivos do acréscimo populacional nos municípios do entorno de Goiânia. Fato este que liga-se diretamente à própria dinâmica da política nacional, como podemos observar nas considerações feitas por Gomes, Teixeira Neto e Barbosa (2004, p. 103)

É sabido de todos que a principal causa do processo de urbanização, não somente em Goiás-Tocantins, mas em todo o mundo, tem sido o contínuo deslocamento de pessoas das zonas rurais para as cidades. Esse fenômeno resulta, sobretudo, de políticas que visam à concentração da propriedade rural nas mãos de grupos capitalistas organizados ou de oligarquias tradicionais. Completamente desamparadas, as populações rurais são forçadas a deixar o campo para povoar as periferias das grandes cidades. A esse processo de expulsão do camponês de sua terra dá-se o nome de “êxodo rural forçado”.



Fonte: IBGE
Adaptação: Rodrigues, Wildes Jesus. 2007

Figura 1 - Municípios da região do entorno de Goiânia: crescimento entre 1980 e 1991

Esse aspecto supracitado é justificado pelo processo denominado modernização agrícola que, no estado de Goiás, segundo as palavras de DEUS (2003) foi elaborado a partir de um “*processo de desenvolvimento desigual e combinado*”. Processo este marcado, principalmente, pela junção de uma tradição latifundiária ao uso de novas tecnologias no campo. Nas palavras do mesmo autor

A modernização da agricultura provocou alterações nas relações de trabalho, levando à proletarianização do trabalhador rural. Os agregados, meeiros, parceiros etc, foram praticamente extintos em várias regiões. E foram

⁴ As discussões a esse respeito são muito mais complexas do que apontamos aqui. O professor Orlando Francisco da Rocha Almeida, faz uma brilhante discussão sobre os fenômenos demográficos no estado de Goiás, vide (ALMEIDA, Orlando Francisco da Rocha. GOIÁS: Transformações nos padrões demográficos de Goiás nas últimas décadas. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org). **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: IESA, 2002).

substituídos pela mão-de-obra volante, pelo trabalhador com alguma qualificação técnica (como por exemplo o operador de máquinas agrícolas) etc, a maioria com residência nas cidades goianas, transformando o campo em um vazio demográfico, chegando ao ponto de 80,76% da população goiana residir nas cidades em 1991(2003, p. 173)

No estado de Goiás outras mudanças transcorriam à busca da almejada modernização. Estas, por sua vez, não se restringiam ao campo mas, principalmente, às cidades ou melhor, à busca do crescimento destas através da atração de indústrias geradoras de empregos e renda aos cofres público. Nesta “empreitada” o estado não mediu esforços para participar do fenômeno chamado por Milton Santos (2001) de “desconcentração industrial” – claro que como receptáculo de empresas – e uma das alternativas encontradas, além da já sabida construção de infra-estrutura foram os incentivos fiscais, como relata DEUS (2003, p. 180 e 181):

O governo de Goiás implementou ações que mudaram as funções do território, possibilitando a atração de empresas, transformando regiões antes agrárias e opacas em áreas dinâmicas, com forte conteúdo técnico-científico materializado no espaço. Dessa forma, “a burocracia dá uma ordem às representações e as materializa recortando o espaço e o tempo” [...]. Na atual fase de desenvolvimento, o estado de Goiás foi uma das primeiras unidades da Federação a criar programas de incentivos fiscais. Em 1984, foi criado o FOMENTAR, com o intuito de impedir a transferência da Arisco, fábrica de produtos alimentícios, para regiões próximas e com maior acessibilidade ao mercado consumidor localizado no Centro-Sul do país, em especial São Paulo. Deste momento em diante, Goiás transforma-se em um dos estados mais agressivos na “guerra fiscal”.

Durante essa década o município de Trindade recebe a implantação de empresas de grande porte, no que se refere à produção e geração de emprego, como é o caso da indústria de bebidas Refrescos Bandeirantes, representante da Coca Cola e responsável pela arrecadação de mais de 50% de ICMS do município, segundo dados do SEPIN (Superintendência de Estatística Pesquisa e informação). Essa empresa está localizada na GO-060 rodovia que liga o município em estudo a Goiânia – principal mercado consumidor do estado. Sua localização, no entanto, não está na sede do município, mas em uma porção até então carente de recursos e de infra-estrutura – Trindade II. Essa fábrica também recebeu incentivos fiscais como a isenção do ICMS por um período de 10 anos, além da concessão da área em que se implantou. Por outro lado essa empresa influenciou diretamente a atração de pessoas para áreas de seu entorno.

Nesse período Trindade também inicia sua “marcha” rumo ao crescimento do setor confeccionista com a implantação de várias empresas do ramo, destacando a fábrica Jean-Darrot, que iniciou suas atividades no ano de 1984 e recentemente emprega mais de 400 funcionários e gera cerca de 1000 empregos indiretos, segundo informações da prefeitura municipal de Trindade. Várias confecções e facções (empresas que prestam serviços a grandes fábricas tanto de Trindade quanto de Goiânia e região), garantem geração de empregos e são fortes atrativos para migrantes.

Esse fator será responsável pela geração e manutenção do comércio varejista no município que, apesar de não muito forte, devido à proximidade com a capital goiana, se faz representativo.

É claro que essa proximidade tem seus aspectos positivos e negativos, o que será discutido mais adiante. No entanto cabe ressaltar que a própria expansão do comércio varejista em Goiânia é responsável pelo crescimento populacional do município de Trindade, não só no que se refere ao mercado formal como também ao informal. Nas palavras de Deus (2003, p. 199):

A atividade terciária da economia assume, na atualidade, papel de relevante importância nas atividades urbanas, proporcionando a aceleração da urbanização e criando condições de apropriação de mais-valia global em larga escala, por meio das redes globais do comércio e do sistema financeiro.

No caso específico de Trindade, a economia local também se tornou um atrativo para migrantes de várias partes do país. O setor confeccionista (segundo dados do SEPIN-2000)

está em franca expansão e outras empresas se implantaram no município a partir da década de 1990. Podemos citar como exemplos indústria de cosmético, indústria de postes e materiais em concreto, fábrica de giz, empresa de reciclagem de polietileno, empresa de paisagismo e decoração entre outras fábricas de pequeno porte. Todas estas localizadas em “Trindade II”, confirmando que o fator locacional ainda exerce forte influência na escolha do lugar de implantação das empresas, lembrando que essa porção está mais próxima de Goiânia e possui ligação direta, a partir da GO-060.

De modo geral, com o advento de todos esses imperativos, as cidades do entorno de Goiânia passam a ser receptoras de migrantes, que em sua maioria buscam “abrigo” nas áreas mais próximas à Capital que, mesmo tendo o atrativo locacional, não possuem adequada infraestrutura apresentando, via de regra, preços mais baixos e facilidades no pagamento de uma casa própria. Esse crescimento urbano do entorno de Goiânia é responsável por uma complexa rede de acontecimentos que transcorrem sobre as áreas metropolitanas e lhes conferem certas particularidades, segundo Deus (2002, p. 179) “Goiânia induz o crescimento de várias cidades próximas. Mas, ao mesmo tempo, inibe estas cidades de assumirem características próprias”.

Corroborando com esta argumentação reflete Chaveiro (2001, p. 199 e 200):

Os territórios marginais, a ligação contínua entre espaço rural e urbano – como se vê nas zonas de expansão urbana da metrópole –, a necessidade da população de baixa renda de construir com rapidez seus espaços de moradia, formando o que tem se chamado de “novo em ruínas”, o estilo técnico das construções, a dificuldade da gestão em oferecer os serviços básicos de infra-estruturas, os loteamentos longínquos, distante um dos outros, as ocupações, os usos de córregos e rios para o lazer das crianças, a utilização das pequenas reservas florestais na oferta de madeiras destinadas às construções, a insalubridade, a erosão das ruas sem asfalto, inclusive a força que exercem as religiosidades, tecem nos municípios da expansão urbana metropolitana uma paisagem peculiar, em que se percebe outros ritmos, outras cores, outros objetos, odores e, também uma alma própria, operando ainda mais a complexidade metropolitana e resvalando no seu cotidiano.

Trindade e Goiânia tiveram, como vimos, muito mais do que uma fronteira em comum – na verdade, durante um período, nem mesmo os limites físicos existiam. Após suas delimitações e re-delimitações físicas, ambas foram habitadas por povos que dividiam a vida, e ainda dividem, entre uma e outra. Tendo em uma (Goiânia) seu meio de sobrevivência, seu ganha pão, enquanto que na outra (Trindade), o *locus* de seu descanso e o *nicho* de sua reprodução – o habitar da família.

Construção da Trindade II – intervenção política ou descaso?

Ao contrário de Goiânia, que teve seu plano urbano construído previamente, o processo de ocupação de Trindade não foi nada planejado, o que incorreu em uma distribuição populacional descontínua ao longo de seus limites políticos administrativos. E não estamos falando aqui de povoados, que são comuns em cidades onde se predomina a agropecuária, servindo de entrepostos comerciais entre os produtores rurais e os consumidores, mais de uma população que tem na cidade seu meio de sobrevivência. Trata-se de uma ruptura com o núcleo urbano inicial, ou seja, com a sede do município, fragmentado tanto a cidade quanto seu espaço urbano, nesse contexto concordamos com Souza quando afirma (2000, p. 179):

Por “fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial”, expressão que o autor introduziu e vem empregando há algum tempo, deve-se entender algo mais que a “fragmentação social em sentido usual. O termo “fragmentação” popularizou-se desempenhando o papel de um *pendant* do processo de globalização, com isso indicando-se que, por trás de processo de relativa homogeneização cultural e de costuramento econômico e “compressão espaço-temporal”, têm lugar também exclusão e segmentação sociais explícita. Da mesma forma como se pode fazer referência à segregação de grupos sociais sem se discutir diretamente a espacialidade dessa segregação, faz-se normalmente alusão à fragmentação sem concebe-la de

modo espacializado. Essa espacialidade do processo está longe, contudo, de ser um epifenômeno. Uma visão suficientemente concreta e elaborada da crise metropolitana demanda uma percepção clara dos vínculos entre relações sociais excludentes e segregatórias, por um lado, e o espaço urbano, por outro.

No ano de 1978, segundo as palavras do então prefeito de Trindade, Dílson Alberto de Souza, em entrevista no mês de fevereiro de 2007, *a prefeitura não tinha arrecadação suficiente para o desenvolvimento do município*. Em um encontro ocasional com o prefeito de Aparecida de Goiânia, Freud Melo, centro administrativo do estado de Goiás, os dois prefeitos discutiram as possibilidades de aumentar a área de expansão urbana dos dois municípios rumo a Goiânia. Segundo Dílson Alberto *“o sentido do crescimento de uma cidade é crescer para uma cidade maior, assim decidimos criar o aglomerado urbano para inserir Trindade na região metropolitana”*. Ainda segundo suas palavras: *“Aparecida e Trindade se encontrariam com Goiânia, Aparecida é a capital do Amor – pois tinha ou tem o maior número de motel do estado de Goiás – e Trindade é a capital da fé devido a festa do Divino Pai Eterno, desta forma contribuiríamos para a formação da região metropolitana”*.

Não foi apenas a vontade do administrador municipal de Trindade que incorreu no decreto lei nº. 239 de 21 de março de 1978 que dispõe sobre a fixação dos novos limites do perímetro urbano da cidade de Trindade – também existia o interesse de algumas empresas pela área e de alguns agros-pecuaristas em vendê-las de forma parcelada (em lotes) obtendo assim maior lucro.

Segundo Dílson Alberto *“as empresas estavam interessadas nestas áreas, pois os lotes eram baratos, havia acesso fácil a Goiânia pela Go-060, boa topografia e facilidade em se distribuir a energia, pois alguns setores de Goiânia já estavam implantados ali próximo”* (Ex-prefeito de Trindade entre 1977-1983)⁵. Também a procura por lotes residenciais mais baratos era grande devido a políticas federais de financiamento a habitação. No período de sua administração (1978/82) a arrecadação subiu muito devido a grande procura por terrenos na “nova área de expansão urbana de trindade”, uma vez que parte do valor cobrado nas escriturações dos terrenos pertenciam a prefeitura. Segundo o ex-prefeito: *“os recursos arrecadados foram investidos no desenvolvimento da cidade de Trindade”* (Dílson Alberto).

Dessa forma fica evidente que a criação da “Trindade II” liga-se diretamente aos interesses do capital produtivo, por parte de algumas empresas, deixando para os processos históricos a incumbência do ordenamento sócio-territorial no município como um todo.

De forma geral essa realidade deixa claro uma associação entre desenvolvimento econômico e crescimento urbano, o que levou não somente o prefeito de Trindade mais, também, o de Aparecida de Goiânia, a optarem pelo parcelamento de lotes em locais onde estes não estavam providos de infra-estrutura incorrendo em baixos preços, atraindo migrantes de diversas áreas do país.

Se nesse período a crise econômica assolava todo o território nacional também o estado de Goiás não oferecia empregos suficientes para os migrantes recém chegados. Trindade desfrutava mais do mercado de trabalho gerado pela capital do estado de Goiás, do que propriamente desenvolvia o seu. Este quadro implicou no direcionamento da população ocupante da “nova área de expansão urbana,” para Goiânia, seja em subempregos, empregos fixos ou temporários. Essa realidade será responsável pela dependência de uma porção do município de Trindade (trindade II) à realidade urbana de Goiânia, criando laços conhecidos como “migração pendular”.

Em uma abordagem generalizante, podemos afirmar que Trindade II não nasce na ilegalidade como muitas áreas urbanas existentes no Brasil, mas é reflexo da nova fase de desenvolvimento do capitalismo que se implanta neste país. Ela é a audácia do administrador

⁵ Dados da entrevista. Visita realizada ao ex-prefeito e bacharel em direito em 13/02/2006

municipal, o desejo dos desprovidos de teto, o interesse dos ambiciosos e o ideário de possibilidades de diversas ordens.

A nova configuração do território trindadense

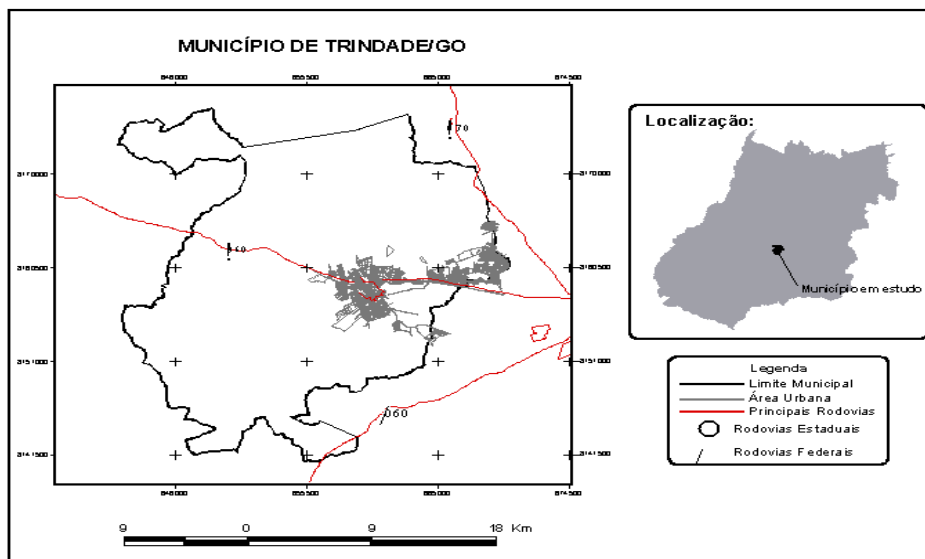
Como apontamos rapidamente, os revérberos das políticas goianienses tiveram menos aspectos positivos que negativos na realidade de Trindade, pois os “excluídos” de Goiânia, alimentando o sonho da casa própria e o mesclando com a intenção de estar próximo a um grande mercado de trabalho, procuraram as áreas margeantes à capital estadual para instalar seus abrigos. Essas áreas, em início de construção, estavam livres de saneamento básico tais como rede de água, esgoto, asfalto ou mesmo escolas que atendessem a demanda local, incorrendo em futuras pressões sociais pelo acesso a estes serviços e na oneração dos cofres públicos devido às grandes distâncias com a sede municipal. Nas observações de Chaveiro (2001, p. 200):

Os territórios marginais, a ligação contínua entre espaço rural e urbano – como se vê nas zonas de expansão urbana da metrópole –, a necessidade da população de baixa renda de construir com rapidez seus espaços de moradia, formando o que se chamou de “novo em ruínas”, o estilo técnico das construções, a dificuldade da gestão em oferecer os serviços básicos de infra-estrutura, os loteamentos longínquos, distante um dos outros, as ocupações, os usos de córregos e rios para o lazer das crianças, a utilização das pequenas reservas florestais na oferta de madeira destinadas às construções, a insalubridade, a erosão das ruas sem asfalto, inclusive a força que exercem as religiosidades, tecem nos municípios da expansão urbana metropolitana uma paisagem peculiar, em que se percebe outros ritmos, outras cores, outros objetos, odores e, também, uma alma própria, operando ainda mais a complexidade metropolitana e resvalando no seu cotidiano.

É bem verdade que os principais responsáveis por esta carência em infra-estrutura são dois. Um de ordem social e econômica o outro de ordem burocrática institucional. Ao primeiro, deve-se à realidade excludente que incapacitava uma grande maioria dos migrantes de adquirir terrenos em áreas dotadas de infra-estrutura. Ao outro, coube o oportunismo da demanda e a possibilidade de se elevar as receitas municipais deixando os acúmulos de problemas a serem resolvidos ou mediados futuramente, de um lado, e por outro, ao enrijecimento das políticas urbanas tornando os lotes existentes em Goiânia mais caros.

Para se ter uma idéia do aumento da demanda, por lotes na área de Trindade II, podemos analisar os dados apresentados no Plano Diretor de Trindade elaborado no ano de 1998 pela Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente – ARCA em parceria com a Universidade Católica de Goiás – UCG e em convênio com a Prefeitura Municipal de Trindade. Segundo o Plano Diretor, até o ano de 1976 (ARCA 1998), os loteamentos se restringiam à sede do município que contava, então, com 20 bairros devidamente aprovados. No entanto, no decênio compreendido entre 1976 a 1986 houve uma grande quantidade de aprovação de setores não somente na sede do município como também nas áreas próximas a Goiânia. De forma geral, enquanto a sede do município teve a aprovação de 13 novos setores, as áreas distantes da sede tiveram a aprovação de 15 setores dando início à configuração urbana atual. Nos períodos posteriores à década de 1986 foram aprovados outros 11 setores na área de Trindade II e um montante de 20 outros na sede do município, porém, essas duas áreas urbanas continuam ainda entrecortada por lotes vazios e propriedades agrícolas, mostrando que não houve, por parte de nenhum governante, até os dias atuais, a preocupação em unir as duas malhas urbanas, resolvendo, em partes, os problemas de distribuição dos loteamentos.

Podemos afirmar que a expansão urbana, em Trindade, ganhou uma nova configuração, a partir do ano de 1976, pois as áreas do entorno de Goiânia iniciam um processo de crescimento desordenado – uma vez que ele se dá de forma desintegrada com outros bairros – expandindo em forma de mosaico (figura 2) e com duas malhas urbanas bem distintas espacialmente e culturalmente.



Fonte: MUBDG

Elaboração: Rafael de Oliveira Borges, 2005.

Figura 2 - Área urbana e localização do município de Trindade

Trindade, a partir de todas essas transformações, como afirmado anteriormente, não pode ser mais vista de forma homogênea ou, em outras palavras, somente a partir de sua sede, pois seu território está fragmentado. Existem temporalidades diferentes e até divergentes em seu meio; hábitos e costumes originários de várias porções do território brasileiro e que se unem através do espaço físico, mas se conflitam com as transformações hodiernas; são vontades moldadas pelos meios de comunicação e muitas vezes atritantes com os dogmas religiosos; é a difusão de diversas correntes religiosas em uma cidade de origem católica; é o pasto que se defronta com o asfalto, a cisterna com a rede de água tratada, as ruas com as erosões e a sede do município com a capital estadual; são as vivências fragmentadas e a territorialidade confusa. Nas afirmações de Haesbaert (2004, p.370 e 371), em suas análises sobre o território:

Parece inverter-se a equação, e esse capitalismo volátil que a todo momento destrói nossas referências territoriais ou que constrói multiterritorialidades num sentido desestabilizador-fragmentador torna-se sinônimo claro de falta de liberdade. Destinados à "obrigação" constante ao movimento, à mobilidade ou mesmo à mudança, em sentido mais amplo (subordinados sobretudo à dinâmica do consumo desenfreado), corremos o risco de perder todos os nossos referenciais e, "inteiramente desprovidos de territórios", nos fragilizamos até "desmanchar irremediavelmente" como assinalou Félix Guatarri.

Esse município, que estamos analisando, tem hoje duas porções urbanas descontínuas entre si e que se aproximam a cada dia, potencializando uma integração que pode ser pacífica ou "conflituosa", mas que, atualmente, possuem características particulares que possibilitam a espacialização de suas ditas especificidade. Trata-se de "Trindade II" – nome dado pelo padre João Octávio na década de 1980 – de um lado, e da sede do município de outro.

Essas conotações dadas à área do entorno de Goiânia, a partir de Trindade – além de um "jogo" ou estratégia de ordem política – não se devem apenas ao fenômeno de expansão urbana desintegrada com a sede municipal, mas também, às particularidades existentes nessa porção quando relacionada à sede do município. De acordo com Chaveiro (2001, p.200):

Inicialmente, a produção simbólica desenvolvida pela metrópole ou que ela tem como função reproduzir e disseminar de tempo em tempo, atravessa todos os corpos, chega a todas as mentes pela via do espaço metropolitano. É um dos papéis essenciais da metrópole formar gostos, ajuizar maneiras de consumir, educar o indivíduo para o mundo que se tem, introjetar maneiras do indivíduo participar do concerto mercadológico.

Como se trata de uma área fragilizada no que se refere às condições econômicas e mesmo sociais de grande parte dos habitantes residentes, é um chamariz para igrejas que vendem sonhos, e um espaço de concentração de reserva de mão-de-obra muito aproveitada na informalidade, como será posteriormente discutido. De modo geral é uma área carente de maior cuidado, na busca por uma interpretação sócio-espacial que venha a apontar seus anseios.

As características da “região” de Trindade II chamam a atenção quando as comparamos com a sede do município e notamos tamanha discrepância de comportamentos, hábitos, origem da população, localização geográfica e até mesmo a importância geológica da área. No Plano Diretor de Trindade este último ponto é focado por seus elaboradores (ARCA, 1998):

Essa região deveria ser preservada com severo resguardo das nascentes, pois se encontram a montante do ponto de captação da água que abastece o Município. Além do mais, geologicamente, é uma região de rochas com fraturas.

Os apontamentos feitos pelos técnicos responsáveis pelo plano diretor de Trindade, ainda vão além da observação física daquela porção do espaço, chamando atenção, ainda, quanto ao perfil dos habitantes presentes nela e à falta de serviços aí existente. Segundo o que está expresso no Plano Diretor (ARCA, 1998)

A ocupação desta área aconteceu sem critérios, reduziu a zona rural e reuniu um contingente de pessoas de perfil semelhante: fuga do aluguel, baixa renda familiar e trabalho ou prestação de serviço para empresas de Goiânia. Essas pessoas não têm praticamente nenhuma ligação com Trindade. Não há transporte coletivo nem rede telefônica interligando diretamente os dois núcleos urbanos. A região é carente de serviços sociais e a infra-estrutura disponibilizada é a básica energia e água.

Cabe ressaltar que desde os anos de 1988, até a presente data, houve transformações que garantiram a melhoria de alguns aspectos apresentados pelo Plano Diretor de Trindade, nas afirmações supracitadas. Como podemos apontar a implantação de rede telefônica e o desenvolvimento de alguns serviços sociais na área de saúde, segurança e educação. No entanto alguns problemas persistem, e são motivos de reclamações por parte dos moradores, outros continuam a surgir, fruto da migração persistente para áreas ainda carentes de infra-estrutura e que, devido à baixa renda destes migrantes, são impossibilitados de construir residências de melhor qualidade e com um saneamento básico adequado a uma organização salubre.

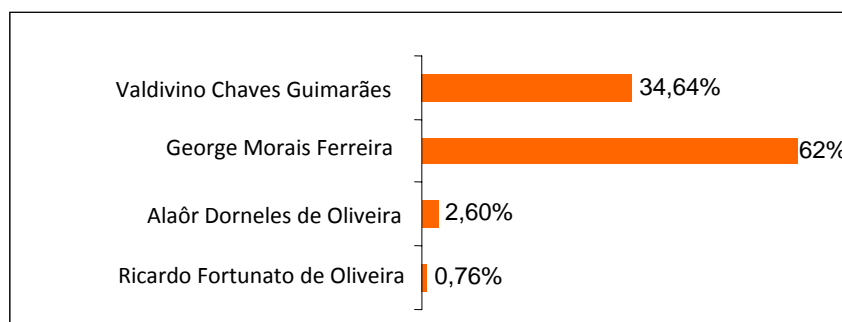
Por outro lado, essa porção de Trindade não está composta apenas por pessoas de baixo poder aquisitivo. Há setores que se destacam no acesso à infra-estrutura e na facilidade de obtenção de serviços. Setores estes que possuem residências de elevado padrão arquitetônico e com fortes mecanismos de segurança. Nesse sentido, mesmo dentro de Trindade II, a qualidade de vida possui heterogeneidade visível nos bairros.

O grito dos excluídos: a reafirmação, nas urnas, da necessidade de maior atenção por parte do governo municipal e da sociedade como um todo

Sentindo-se ignorados frente ao quadro político que não os representava, carentes de uma identidade que lhes fortificasse a esperança de transformação do meio em que vivem, amenizando seus martírios cotidianos, durante os deslocamento ou mesmo construindo um mínimo de infra-estrutura nessa porção de Trindade, as urnas, no ano 2000 refletiram os

anseios dos moradores de Trindade II, demonstrando sua significação diante das escolhas, e deixando claro a necessidade de maior atenção por parte daqueles que pleiteiam o poder público administrativo.

Mesmo diante da criação da subprefeitura e das benesses imediatistas realizadas pela gestão anterior a 2000, em seu meio passivo e através da difusão da idéia, o corporativismo desses habitantes garantiu a sua legitimidade no território trindadense através da eleição, para prefeito, de um candidato que julgavam representar seus interesses mais primordiais. O candidato, cuja raiz não é trindadense, parecia ser o representante ideal para eles e assim o legitimaram como tal. Observando os dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral e tratados por nós, as afirmações ficam claras (ver figuras 3 e 4 a seguir).

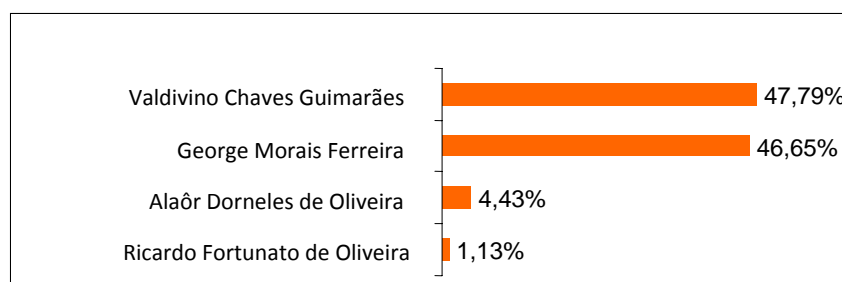


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral. *Elaboração: Rodrigues, W. J. 2007.*

Figura 3 - Percentual de votos por candidato em Trindade II em 2000

O prefeitável George Morais, natural de Caiapônia e ex-prefeito de Santa Bárbara, recebeu a maioria dos votos dos moradores de Trindade II (62% do total), enquanto que o candidato à reeleição, Valdivino Chavez, que já havia administrado a cidade por três pleitos (nenhum consecutivo), recebeu 34,64% dos votos.

Quando comparamos esse quadro com a preferência dos moradores da sede do município, notamos a dicotômica posição política entre as duas porções do município de Trindade.



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral *Elaboração: Rodrigues, W. J. 2007.*

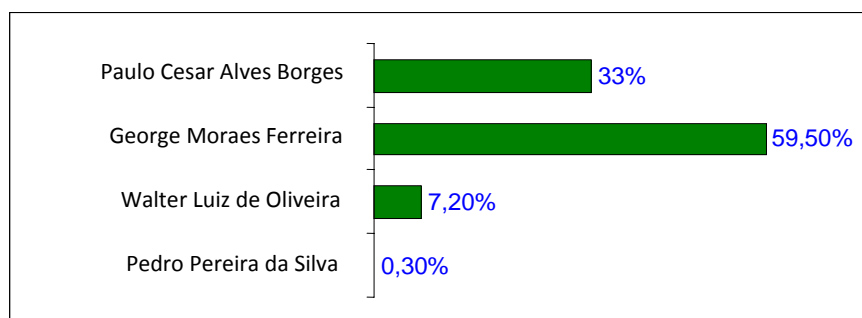
Figura 4 - Percentual de votos por candidato na sede do município de Trindade em 2000

Por uma pequena diferença no percentual, o candidato Valdivino Chaves haveria sido reeleito, se a decisão ficasse restrita à sede do município de Trindade.

Essa postura não foi algo passageiro no tempo e que se esvaiu como mera coincidência, mas foi o resultado da indignação e da busca pela reafirmação de importância frente a uma área

urbana em expansão e cujo sentimento de territorialidade se expressa na representatividade e no reconhecimento da necessidade de maior atenção por parte dos representantes no poder público municipal.

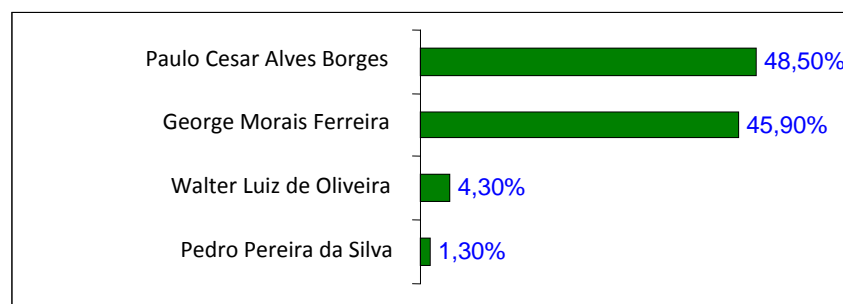
Nesse quadro, as eleições que se sucederam, confirmam esta manifestação de divergência política entre as duas porções de Trindade no que tange às escolhas dos representantes políticos. Enquanto a sede do município vota no candidato ao qual o slogan político o adjetivava como “filho do município”, os eleitores de Trindade II novamente confirmam a preferência pela reeleição, (veja as figuras 5 e 6 a seguir).



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral. Elaboração: Rodrigues, Wildes Jesus. 2007.

Figura 5 - Percentual de votos por candidato em Trindade II em 2004

O percentual favorável à reeleição do candidato George Morais (59,50%) é consideravelmente superior aos favoráveis ao prefeitável Paulo César (33%). Novamente, quando comparados às opiniões entre a sede do município e Trindade II, as dicotomias se reafirmam.



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral. Elaboração: Rodrigues, Wildes Jesus. 2007

Figura 6 - Percentual de votos por candidato na sede do município de Trindade em 2004

Novamente o maior percentual dos eleitores da sede do município elegeria um candidato que não o George Morais, com uma diferença, dessa vez, maior do que o expresso nas eleições de 2000. No entanto, Trindade II deixa claro sua força política e a necessidade de um bom trabalho realizado em sua área para se garantir os votos de seus moradores, decidindo pela segunda vez as eleições municipais.

O comportamento social de Trindade II foi forjado tanto pela metrópole, que impõe a necessidade do consumo, quanto pela realidade de exclusão, que origina a necessidade de atitudes contestadoras, tanto no quadro político municipal quanto na forma de comportamento ideológico que ressoa, no social, os gritos da unicidade indignada.

A condição de existência entre a capital do estado e a sede de um município onde, no primeiro se retira os meios financeiros de existência, e no último a reposição da força física corporal, não pode ser explicado simplesmente por esta “fórmula” de caráter matemático. A interação entre os habitantes e o território e entre o território e os habitantes causou, dentro do individual, uma resposta coletiva, sem a expressa necessidade de uma organização burocrática entre os mesmos. A decisão de duas eleições consecutivas mudou o discurso e a forma de se administrar o município de Trindade.

Considerações finais

Na tentativa de se amenizar os anseios e os ciúmes, os órgãos administrativos, no final dos anos de 1990, decidiram criar uma subprefeitura em Trindade II, uma decisão de cunho político-eleitoreiro, mas também um reconhecimento da crescente força de decisão política existente nesta porção do município de Trindade. Neste sentido, ficou claro a necessidade de criar um signo que representasse a participação dos moradores junto ao poder público municipal de um lado, e do compromisso deste último para com os habitantes de Trindade II.

Mesmo diante desse quadro, as vozes dos moradores ressoaram em uníssono, contestando a legitimidade de um governante apoiado pela sede do município.

Diante desta realidade temos a dualidade de intenções, no qual o fator de união em uma das partes (Trindade II) está na contestação da outra (sede do município) demonstrando a realidade fragmentária do município de Trindade.

Esse cenário criou um conflito político sobre como um território dividido deve ser administrado e obrigou, e vem obrigando, tanto os eleitos quanto aqueles que pleiteiam um cargo político, a adotar posturas que privilegiem ambas as partes do município de Trindade, uma vez que Trindade II passou a ser responsável pela decisão do pleito político municipal, mas a sede ainda é detentora do maior número de eleitores.

A realidade demonstrada nessas páginas é uma condição sócio-territorial e não uma matéria acabada. Sua relevância é de grande importância para os gestores de um território com semelhantes características, no intuito de garantir a união pacífica e necessária à uma sociedade que se organiza sobre a égide dos mesmos administradores e que possuem valores familiares, religiosos e sociais diversos mas que estão próximos no espaço de vivência.

REFERÊNCIAS

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Goiânia, Uma Metrópole em Travessia**. Tese defendida na Universidade de São Paulo, FFLCH. São Paulo, 2001.

DEUS, J. B. de. **O Sudeste Goiano e a Desconcentração Industrial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: UFG, 2003.

DEUS, J. B. de. **As atuais transformações estruturais na economia goiana e os seus desdobramentos nas mudanças socioespaciais**. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org). **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: IESA, 2002.

GOMES, H; TEIXEIRA NETO, A; BARBOSA, A. S. **GEOGRAFIA: Goiás - Tocantins**. Goiânia: 2º ed. UFG, 2004.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PEREIRA, E. M. C. M. Goiânia, filha mais moça e bonita do Brasil. In: BOTELHO, T. R. (Org). Goiânia: cidade pensada. Goiânia: UFG, 2002.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. O BRASIL: Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo, Record, 2001.

SOUZA, M. L. de. O desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

Fontes

ARCA, Associação para Recuperação e Conservação do Meio Ambiente. Plano Diretor de Trindade 2000, Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO, 1998.

Decreto lei 239/1978, 21/03/1978, Art. 1º